

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO (DCASP)**

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Natureza Jurídica da entidade: Autarquia Municipal de Assistência Previdenciária do Município de Balneário Camboriú - BCPREVI, órgão público com personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 07.252.009/0001-39;

1.2 Domicílio: estabelecido na Rua Dinamarca nº 175, Bairro Nações na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina;

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade: Instituído pela Lei Municipal nº 2.421, de 21 de dezembro de 2004, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam as seguintes finalidades: - "garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e falecimento; e proteção à maternidade e à família".

1.4 Declaração de conformidade: as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre

o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2019 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 *Base de mensuração utilizada*

Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

2.2 *Novas normas e políticas contábeis*

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional. Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela entidade.

2.3 *Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis*

Dos créditos, tributários ou não, por competência, todas as contribuições previdenciárias, tanto retidas do servidor, como as contribuições patronais, dos ativos e inativos, bem como, as parcelas de aportes para cobertura de déficit atuarial foram reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência durante o exercício.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foi implantado no exercício anterior.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e implantado de acordo com Decreto Municipal n.º 7.404/2014 e 7.540/2014.

O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2018 e não foi implantado nem está em implantação.

A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:

“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN n.º 437 e



438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, as quais são:

- α) Balanço Orçamentário;
- β) Balanço Financeiro;
- χ) Balanço Patrimonial;
- δ) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ε) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- φ) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- γ) Notas Explicativas.

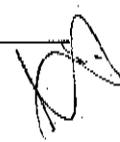
As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

- a) Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- b) Remessa aos órgãos de controle interno e externo, à associações e a conselhos representativos;



- c) Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- d) Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro

meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2018 foi superavitário na importância de R\$ 70.238.906,84 (setenta milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e seis reais e oitenta e quatro centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa realizadas durante o exercício. No exercício foi realizado 97,52% das previsões de receitas e 93,43% do orçamento das despesas devidamente atualizadas foi empenhado, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas realizadas. A transferência financeira; não consta no demonstrativo, mas em nota explicativa, como preceitua o capítulo V do MCASP; sendo que em 2018 não houve transferências financeiras recebidas ou concedidas.

As Receitas Patrimoniais de aplicação financeira foram arrecadadas 87,45% em relação ao previsto, em decorrência da volatilidade do mercado financeiro, cenário macro e microeconômico, bem como as dificuldades de um ano eleitoral, mesmo não atingido a arrecadação prevista, a meta atuarial do BCPREVI, de "IPCA + 6% = 9,92%", ficou muito próximo ao seu atingimento em 9,70%, correspondendo a 97,78% da meta.

As Receitas decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS teve seu recebimento em 100% do estimado, em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 15 de 01 de julho de 2016, e Decreto regulamentador nº 9.018 de 26 de julho de 2018.

Foi recebido a título de compensação previdenciária – COMPREV, o valor de R\$ 750.804,91 (setecentos e cinquenta mil, oitocentos e quatro reais, e noventa e um centavos), referentes a deferimentos de processos antigos pelo INSS.

Com relação aos Restos a Pagar, houve uma diminuição do saldo dos RP não processados em 2018 pelo cancelamento de R\$ 181.858,87 e pagamento de R\$ 119.787,12, e quanto aos RP processados e não processados liquidados houve uma elevação no saldo de 2018 pela inscrição de R\$ 428.310,81.

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no BCPREVI é de R\$ 435.700.697,86 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, setecentos mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos). Uma evolução financeira em relação ao saldo do ano anterior na casa dos 63 milhões, em virtude do superávit financeiro do exercício. Durante o exercício foram cancelados Restos a Pagar no valor de R\$ 181.858,87 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos), motivados pela desistência da entrega do material e/ou execução do serviço por parte dos fornecedores. O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas Obrigações a Pagar para o exercício seguinte na ordem de R\$ 176.879,20 (cento e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e baixados via pagamentos em R\$ 367.851,75 (trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), entre processados e não processados de restos a pagar de exercícios anteriores.

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

3.3.1 Patrimônio Líquido

O Saldo Patrimonial apresenta Superávit de 108.029.349,46 (cento e oito milhões, vinte e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos), conforme verificado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, isso em decorrência da atualização da Provisão Matemática Previdenciária, oriundo do Estudo Atuarial de 2018, data base 2017. O resultado encontrado no citado estudo atuarial foi deficitário em R\$ 49.338.311,28 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e onze reais e vinte e oito centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 9.018 de 26 de julho de 2018. Há um saldo devedor de resultados de exercícios anteriores de R\$ 91.335.146,24 (noventa e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), que somado ao Resultado do Exercício, apresenta o Resultado Acumulado superavitário em R\$ 16.694.203,22 (dezesesseis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e dois centavos).

3.3.2 Créditos a Curto Prazo

Estes valores se referem a saldos a receber de contribuições previdenciárias conforme tabela abaixo:

Contribuições Retidas do Servidor – Ente	R\$ 4.723,75
Contribuições Patronais do Ente	R\$ 387.200,40
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário.	R\$ 1.963.345,57
Depósitos Judiciais	R\$ 223.314,09
TOTAL	R\$ 2.578.583,81

3.3.3 Imobilizado

Composto somente de Bens Móveis no valor de R\$ 198.911,07. As taxas e depreciação utilizadas são as fixadas pelo município através do Decreto nº 7621 de 05 de dezembro de 2014.

Visando atender ao disposto no MCASP, 5ª edição, parte II, bem como aos prazos determinados no Art. 6º da Portaria STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, foi realizado em 2017 a reavaliação e mensuração dos bens móveis do BCPREVI, onde foi constituída uma

comissão para as atividades por intermédio do Decreto nº 7.404 de 05 de Junho de 2014 e nº 7.540 de 10 de outubro de 2014.

3.3.4 Investimentos de Aplicações temporárias em curto prazo

Há um saldo em depósito judicial de R\$ 223.314,09 (duzentos e vinte e três mil, trezentos e quatorze reais e nove centavos) se refere à resgate solicitado em juízo do fundo de investimento Santander – Gradual – Piatã FI RF LP Previdenciário Crédito Privado, conforme autos nº 0265672-80.2011.8.19.0001. O total das disponibilidades do BCPREVI ao final de 2018 é de R\$ 435.477.383,77 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta e sete centavos); e está composta conforme tabela abaixo.

SEGUIMENTO	VALOR	Enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010 e 4.604/2017
Conta Movimento	R\$ 5.230.140,14	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	R\$ 73.505.528,65	ART. 7º, INCISO IV "A"
FUNDOS DE INVESTIMENTOS REFERENCIADOS	R\$13.096.924,31	ART. 7º, INCISO III, ALÍNEA "A"
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM RF - CRÉDITO PRIVADO	15.316.474,49	ART.7º INCISO VII, ALÍNEA "B" E "C"
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO	R\$ 263.796.284,22	ART. 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
FUNDO DE AÇÕES REFERENCIADOS	2.062.553,32	ART. 8º, INCISO I, "A" E "B"
FUNDO DE AÇÕES	R\$ 49.875.106,19	ART. 8º, INCISO II, "A" E "B"
FUNDO MULTIMERCADO	R\$ 6.478.351,38	ART. 8º, INCISO III
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	R\$ 4.284.114,75	ART. 8º, INCISO V, "A"
FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	R\$ 1.831.906,32	ART. 8º, INCISO VI, "B"

3.3.5 Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Nesta rubrica o saldo refere-se a saldo de rescisões de inativos aposentados, aos quais aguarda-se o alvará judicial para realização do pagamento.

3.3.6 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

As provisões a curto prazos referentes a férias, 13º salário e encargos foram contabilizadas no exercício, com saldo a pagar de R\$ 44.667,90 (quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa centavos). O saldo na rubrica de provisões a longo prazo refere-se à Provisão Matemática Previdenciária oriunda do estudo atuarial de 2018 data base 2017, o qual apresentou Déficit Atuarial de R\$ 49.338.311,28 (quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e onze reais e vinte e oito centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 9.018 de 26 de julho de 2018. Abaixo tabela com a evolução dos resultados atuariais dos últimos três anos:

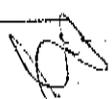
Referência	Valor
2016 data base 2015	239.232.751,09
2017 data base 2016	156.622.074,79
2018 data base 2017	49.338.311,28

3.3.7 Superávit Financeiro

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 435.138.614,95 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos) em decorrência das obrigações mais relevantes do BCPREVI estarem registrado no Permanente, Provisões Matemáticas Previdenciárias, Exigíveis no Longo Prazo como preceitua o MCASP.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.



O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo superavitário no montante de R\$ 108.029.349,46 (cento e oito milhões, vinte e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos). O saldo da rubrica Transferências Intragovernamentais de R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil) refere-se a parcela anual recebida a título de equacionamento de déficit atuarial amortizado, conforme Decreto Municipal 9.018/2018. No saldo na rubrica, Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, inclui-se as arrecadações recebidas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em virtude da Compensação Previdenciária – COMPREV, no montante de R\$ 750.892,41 (setecentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos). Os valores constantes nas rubricas Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas dentro das VPAs, bem como a rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, dentro das VPDs, referem-se à contabilização da atualização da Provisão Matemática Previdenciária trazida pelo novo estudo atuarial de 2018, data base 2017. Dentro das VPDs, na rubrica de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, estão contabilizados os Rendimentos Negativos em Aplicações Financeiras além dos valores positivos, ou seja, que superaram os valores das receitas no exercício, assim como preceitua o TCE-SC, na Tabela de eventos contábeis, (2.78.4), no montante de R\$ 6.321.288,92. O saldo do item Desincorporação de ativos de R\$ 1.627.889,97 refere-se a Reversão de provisões de férias, décimo terceiro salário e encargos devidos pelo BCPREVI. O saldo de R\$ 1.298.956,88 nas VPDs, Tributárias, refere-se ao montante de PASEP pago no ano, incidente sobre as receitas correntes do BCPREVI.

3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações foi superavitário em R\$ 70.010.541,03 (setenta milhões, dez mil, quinhentos e quarenta e um reais e três centavos). As atividades de Investimentos apresentou déficit de R\$ 20.264,87 (vinte mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), referente a aquisição de bens móveis. Não houve operações de atividades de financiamentos. A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 69.990.276,16 (sessenta e nove milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos). Um acréscimo de 14,46% em relação ao ano anterior.



SIDNEI LUIZ RIQUETTA
Contador – BCPREVI
CRC/SC 029.989/O-1